

4.6 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 11.768/2008 (LDO de 2009).

Para 2009, as agências financeiras oficiais de fomento (Instituições Financeiras) reservaram no consolidado do Programa de Dispêndios Globais – PDG, R\$ 195,9 bilhões para incremento das aplicações em operações de crédito.

Esse montante representa o fluxo líquido das operações de crédito para o exercício 2009, obtido pela diferença entre novos empréstimos e financiamentos programados (R\$ 672,3 bilhões) e a estimativa de pagamentos de operações anteriormente realizadas (R\$ 476,4 bilhões).

Ressalte-se que os recursos alocados para novas operações representam apenas uma indicação, uma vez que os volumes de concessão de crédito são definidos periodicamente de acordo com a política monetária do Governo Federal.

As aplicações previstas pelas agências de fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2009. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume de recursos foi canalizado para

financiar os setores de intermediação financeira, industrial, serviços, comércio, rural, habitação e outros.

Em obediência às determinações legais, foram também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Nas operações para o exercício de 2009, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento programaram a concessão de R\$ 672,3 bilhões de empréstimos e financiamentos envolvendo recursos provenientes de geração própria, de transferências do Tesouro Nacional (Fundos Constitucionais) e de outras fontes.

Ao encerramento do exercício, essas instituições informaram que efetivamente concederam R\$ 537,2 bilhões de empréstimos e financiamentos, ou seja, 79,9% do montante programado.

Com isso, o fluxo líquido de novas aplicações em 2009 apresentou incremento de R\$ 149,2 bilhões que as agências financeiras oficiais de fomento injetaram na economia, equivalentes a 76,2% da programação original.

Os demonstrativos e gráficos a seguir apresentam detalhamento dessas aplicações por porte do tomador, pelo setor de atividade beneficiado pelos empréstimos e pela origem dos recursos.

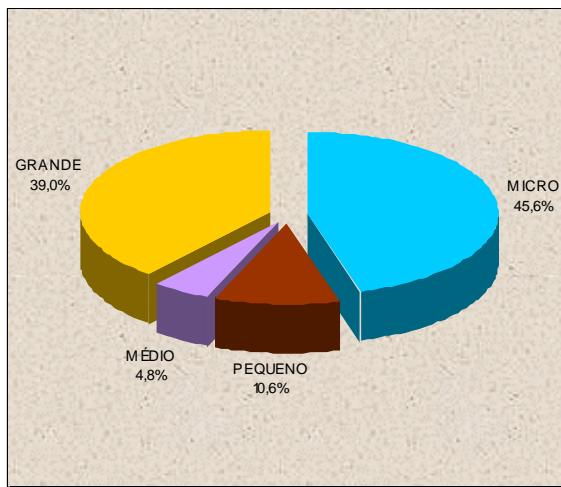
CONSOLIDADOS DAS AGÊNCIAS EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2009 POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR

em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS				
		TOTAL	PORTE DO TOMADOR			
			MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
NORTE	38.200.822	32.982.135	12.400.014	3.221.915	1.711.273	15.648.933
NORDESTE	126.972.288	89.477.870	38.578.178	10.637.217	5.660.282	34.602.194
SUDESTE	320.087.584	263.567.634	102.772.825	26.795.217	10.484.210	123.515.382
SUL	119.870.218	96.605.056	55.851.799	11.187.039	6.045.967	23.520.250
CENTRO-OESTE	67.144.034	54.558.580	35.354.882	4.972.977	1.931.955	12.298.766
TOTAL	672.274.946	537.191.275	244.957.698	56.814.364	25.833.687	209.585.525

Fonte: MP/DEST/SIEST

**CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2009
POR PORTE DO TOMADOR**



Os micros, pequenos e médios tomadores receberam 61,0% dos créditos, sendo que os primeiros obtiveram 45,6% desse montante. A Região Sudeste se caracterizou como beneficiária do maior volume de recursos emprestados às micro-empresas, com participação de 42,0% do total efetivamente emprestado, seguido da Região Sul, com 22,8%, e a Região Nordeste, com 15,7%.

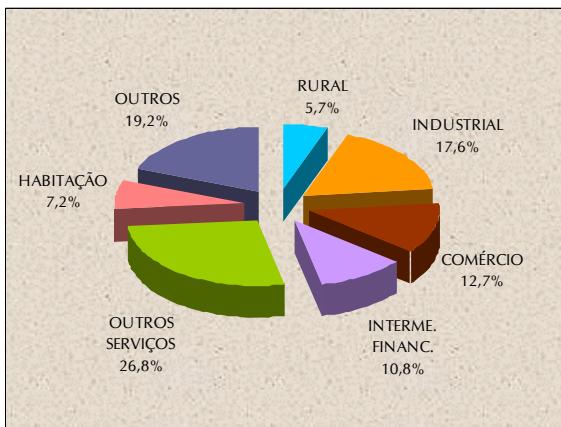
**CONSOLIDADOS DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2009
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE**

em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	TOTAL	OPERAÇÕES REALIZADAS						
			RURAL	INDUSTRIAL	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
NORTE	38.200.822	32.982.135	1.667.428	4.820.496	4.049.320	4.949.415	10.432.647	1.389.956	5.672.874
NORDESTE	126.972.288	89.477.870	3.785.218	21.438.737	16.860.661	3.857.324	19.741.703	4.362.514	19.431.713
SUDESTE	320.087.584	263.567.634	8.804.178	48.610.634	27.020.443	29.827.523	83.454.770	22.354.370	43.495.717
SUL	119.870.218	96.605.056	10.908.712	12.164.276	13.088.536	14.554.427	19.841.313	7.165.715	18.882.078
CENTRO-OESTE	67.144.034	54.558.580	5.285.361	7.446.801	7.227.633	4.695.389	10.724.820	3.397.160	15.781.418
TOTAL	672.274.946	537.191.275	30.450.896	94.480.944	68.246.592	57.884.076	144.195.253	38.669.715	103.263.799

FONTE: MP/DEST/SIEST

**CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2009
POR SETOR DE ATIVIDADE**



A programação anual original de aplicação de recursos pelas agências financeiras oficiais de fomento considerava aumento nominal de 28,2% em relação ao exercício de 2008. Encerrado o exercício de 2009, observou-se uma elevação nominal na execução de 7,7%, em relação ao mesmo período de 2008. A Região Sudeste foi a maior beneficiária com as aplicações ao obter 47,6% do total. A Região

Nordeste com 18,9%, veio em segundo lugar e a Região Sul, em terceiro, com 17,8% das aplicações. Houve uma realização média de 79,9% do valor programado, com destaque para a Região Norte com 86,3% de desempenho, a Região Sudeste com 82,3%, e a Região Centro-Oeste com 81,3%. No entanto, em todas as regiões, o desempenho ficou abaixo da média verificada em 2008.

**CONSOLIDADOS DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2009
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS**

em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
NORTE	38.200.822	32.982.135	15.513.870	14.283.245	3.185.020
NORDESTE	126.972.288	89.477.870	53.440.988	28.533.120	7.503.763
SUDESTE	320.087.584	263.567.634	158.833.344	65.375.299	39.358.991
SUL	119.870.218	96.605.056	74.612.219	11.556.518	10.436.320
CENTRO-OESTE	67.144.034	54.558.580	39.411.350	9.967.282	5.179.948
TOTAL	672.274.946	537.191.275	341.811.770	129.715.463	65.664.042

FONTE: MP/DEST/SIEST

**CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE
CONCEDIDOS - 2009
POR FONTES DE RECURSOS**



Dos recursos aplicados em 2009, 63,6% foram gerados pelas próprias instituições, 24,1% foram transferidos pelo Tesouro Nacional e 12,2% são oriundos de outras fontes.

Isso revela uma redução da utilização de recursos próprios das empresas e elevação da participação das fontes "Tesouro Nacional" e "Outras Fontes"

comparado ao mesmo período de 2008, quando as fontes de recursos de financiamento foram 70,0%, 8,7% e 21,3%, de geração própria, do Tesouro Nacional e de outras fontes, respectivamente.

As instituições financeiras integrantes dos Grupos BNDES, BB, Besc, bem como a Finep, a Caixa, o Basa e o BNB emprestaram ou financiaram R\$ 193,2 bilhões aos setores Rural, Industrial e de Comércio, que responderam por 36,0% do montante de recursos efetivamente emprestados.

O setor de serviços participou com 26,8% do montante de recursos emprestados, representando R\$ 144,2 bilhões em empréstimos e financiamentos das Instituições Financeiras Oficiais de Fomento.

Nesse mesmo período, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento receberam recursos provenientes de pagamentos de empréstimos e financiamentos anteriormente concedidos no montante de R\$ 388,0 bilhões, dos quais R\$ 304,3 bilhões referentes a amortizações da dívida e R\$ 83,7 bilhões de juros sobre o saldo devedor, conforme detalhamento a seguir:

**CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2009
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR**

em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS				
		TOTAL	PORTE DO TOMADOR			
			MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
NORTE	23.051.014	19.465.256	9.621.908	2.579.386	1.396.789	5.867.173
NORDESTE	79.373.301	55.504.679	33.611.337	7.186.428	2.762.063	11.944.850
SUDESTE	224.942.491	189.417.577	77.044.961	16.979.473	8.215.532	87.177.611
SUL	99.298.691	82.342.492	46.560.665	8.583.843	5.261.744	21.936.240
CENTRO-OESTE	49.734.166	41.284.451	28.684.829	3.941.987	1.611.860	7.045.775
TOTAL	476.399.662	388.014.455	195.523.700	39.271.118	19.247.988	133.971.650
- AMORTIZACOES	386.684.241	304.346.233	148.906.856	30.965.714	15.392.952	109.080.711
- ENCARGOS	89.715.422	83.668.222	46.616.844	8.305.404	3.855.036	24.890.939

FONTE: MP/DEST/SIEST

O detalhamento do pagamento do serviço da dívida contratada em anos anteriores está apresentado a seguir:

**CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2009
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE**

em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS							
		TOTAL	SETOR DE ATIVIDADE						
			RURAL	INDUSTRIAL	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
NORTE	23.051.014	19.465.256	1.402.508	2.655.332	3.513.185	1.748.865	4.571.949	862.127	4.711.292
NORDESTE	79.373.301	55.504.679	2.173.436	8.001.309	12.494.200	2.808.709	10.321.471	3.392.536	16.313.017
SUDESTE	224.942.491	189.417.577	6.903.268	37.432.323	24.589.024	34.413.851	51.149.745	2.117.011	32.812.355
SUL	99.298.691	82.342.492	10.238.650	11.754.012	11.712.822	11.880.686	19.019.007	1.104.996	16.632.320
CENTRO-OESTE	49.734.166	41.284.451	5.893.673	3.278.808	6.537.656	3.988.200	9.787.012	1.375.204	10.423.900
TOTAL	476.399.662	388.014.455	26.611.534	63.121.783	58.846.887	54.840.310	94.849.183	8.851.873	80.892.884
- AMORTIZACÕES	386.684.241	304.346.233	21.073.550	49.821.746	45.105.014	46.115.410	75.203.380	6.196.311	60.830.822
- ENCARGOS	89.715.422	83.668.222	5.537.984	13.300.037	13.741.873	8.724.900	19.645.803	2.655.562	20.062.062

FONTE: MP/DEST/SIEST

**CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2009
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS**

em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
NORTE	23.051.014	19.465.256	12.678.707	2.582.256	4.204.293
NORDESTE	79.373.301	55.504.679	42.980.851	3.477.109	9.046.719
SUDESTE	224.942.491	189.417.577	128.130.133	7.443.982	53.843.462
SUL	99.298.691	82.342.492	62.072.347	2.527.719	17.742.426
CENTRO-OESTE	49.734.166	41.284.451	28.560.892	4.017.609	8.705.950
TOTAL	476.399.662	388.014.455	274.422.930	20.048.674	93.542.851
- AMORTIZACÕES	386.684.241	304.346.233	213.018.989	15.875.560	75.451.684
- ENCARGOS	89.715.422	83.668.222	61.403.941	4.173.114	18.091.167

FONTE:MP/DEST/SIEST

Desta forma, constata-se que, em 2009, as agências financeiras oficiais de fomento aumentaram suas aplicações de recursos em R\$ 149,2 bilhões, o que corresponde a 76,2% do fluxo inicialmente programado (R\$ 195,9 bilhões). As tabelas e gráficos a seguir discriminam o fluxo de novos recursos por porte do tomador, por setor de atividade beneficiado, bem como a origem dos recursos que deram cobertura a essas novas aplicações.

CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
FLUXO DAS APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDOS – 2009
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR

em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS				
		TOTAL	PORTE DO TOMADOR			
			MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
NORTE	15.149.807	13.516.878	2.778.106	642.529	314.484	9.781.760
NORDESTE	47.598.987	33.973.192	4.966.841	3.450.788	2.898.220	22.657.344
SUDESTE	95.145.093	74.150.057	25.727.864	9.815.743	2.268.678	36.337.771
SUL	20.571.528	14.262.564	9.291.135	2.603.196	784.224	1.584.009
CENTRO-OESTE	17.409.868	13.274.129	6.670.053	1.030.990	320.095	5.252.991
TOTAL	195.875.283	149.176.820	49.433.999	17.543.246	6.585.700	75.613.875

Fonte: MP/DEST/SIEST

OBS.: Diferença entre o montante de empréstimos/financiamentos concedidos e o pagamento do serviço da dívida

CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
FLUXO DAS APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDOS – 2009
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE

em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS							
		TOTAL	SETOR DE ATIVIDADE						
			RURAL	INDUSTRIAL	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
NORTE	15.149.807	13.516.878	264.920	2.165.164	536.135	3.200.551	5.860.698	527.829	961.582
NORDESTE	47.598.987	33.973.192	1.611.782	13.437.429	4.366.461	1.048.615	9.420.232	969.978	3.118.696
SUDESTE	95.145.093	74.150.057	1.900.910	11.178.311	2.431.419	-4.586.328	32.305.025	20.237.359	10.683.362
SUL	20.571.528	14.262.564	670.062	410.264	1.375.714	2.673.741	822.306	6.060.719	2.249.758
CENTRO-OESTE	17.409.868	13.274.129	-608.312	4.167.993	689.977	707.189	937.808	2.021.957	5.357.518
TOTAL	195.875.283	149.176.820	3.839.362	31.359.161	9.399.705	3.043.766	49.346.069	29.817.842	22.370.915

Fonte: MP/DEST/SIEST

OBS.: Diferença entre o montante de empréstimos/financiamentos concedidos e o pagamento do serviço da dívida

A tabela a seguir discrimina a origem do fluxo de recursos novos aplicados em operações de crédito:

CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
FLUXO DAS APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDOS - 2009
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS

em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
NORTE	15.149.807	13.516.878	2.835.163	11.700.989	-1.019.274
NORDESTE	47.598.987	33.973.192	10.460.137	25.056.011	-1.542.956
SUDESTE	95.145.093	74.150.057	30.703.211	57.931.317	-14.484.471
SUL	20.571.528	14.262.564	12.539.871	9.028.799	-7.306.106
CENTRO-OESTE	17.409.868	13.274.129	10.850.458	5.949.673	-3.526.002
TOTAL	195.875.283	149.176.820	67.388.840	109.666.789	-27.878.809

Fonte: MP/DEST/SIEST

OBS.: Diferença entre o montante de empréstimos/financiamentos concedidos e o pagamento do serviço da dívida

4.6.1. Metodologia de elaboração dos demonstrativos dos empréstimos e financiamentos concedidos

Regras Gerais Adotadas por Todas as Instituições Financeiras

a) Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações): Na elaboração dos demonstrativos, foi adotado o critério de considerar, em cada exercício, o montante dos recursos efetivamente aplicados em operações de crédito, acrescido dos correspondentes encargos financeiros e deduzidas as amortizações. Os valores realizados em 2006 e 2007 foram apurados pelas agências financeiras oficiais de fomento a partir de relatórios internos e dos seus registros contábeis. Os dados referentes aos exercícios de 2008 e 2009 foram projetados com base no desempenho verificado em exercícios anteriores e tendo em conta, principalmente, a política macroeconômica do Governo, a expectativa de crescimento das operações de crédito e a disponibilidade de recursos.

b) Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos:

Concedidos: Neste grupo foi considerado, basicamente, o montante de recursos efetivamente aplicado em novas operações de crédito nos exercícios de 2006 e 2007, bem como os valores constantes das projeções para 2008 e 2009. Assim, o somatório das aplicações, em cada exercício, corresponde ao total dos recursos efetivamente liberado aos mutuários no período. Tendo em vista a significativa participação do Banco do Brasil S.A. e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante das aplicações das agências oficiais de fomento, cabe destacar alguns procedimentos adotados por essas instituições:

b1) Banco do Brasil S.A. – foram consideradas as efetivas liberações de recursos para os clientes. Como exemplo, a Instituição cita as operações de curto prazo e de capital de giro (cheque especial e empréstimos ao consumidor/fornecedor). Nessas modalidades de crédito, o total desembolsado pelo Banco é representado pela soma dos saques efetuados pelos clientes durante o período considerado. Dependendo do número de saques e retornos no período, o valor efetivamente aplicado pode superar o valor contratado inicialmente.

b2) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – a metodologia utilizada pelo BNDES para o cálculo do valor desembolsado envolve as seguintes etapas:

I. no caso das operações automáticas e das operações de financiamento à exportação, as áreas responsáveis pelas operações informam a

demanda projetada. Como o ciclo de aprovação dessas operações é muito curto e elas são muito sensíveis ao cenário econômico, o nível de incerteza quanto ao detalhamento setorial/unidade da federação é bastante alto; e

II. no caso do restante das operações, é utilizado um sistema que mantém os dados das operações em carteira desde o momento em que é feita uma consulta ao Banco, pedindo apoio para um determinado projeto. Em função desse sistema, é possível se prever parte significativa do desembolso no ano em curso. Em conjunto com a sensibilidade que cada área do Banco tem sobre a evolução dos diferentes setores da indústria e de serviços, bem como das metas estabelecidas pela diretoria do BNDES, é feita uma proposta de desembolso para os anos subsequentes. A partir desse conjunto de valores e do desempenho recente do Banco, é feita a previsão de desembolso. O detalhamento setorial e por unidade da federação também é efetuado a partir do desempenho recente do Banco, tendo em vista o nível de incerteza quanto à previsão de liberação setorial/estadual dos recursos.

c) Recebimentos no Período: Estão sendo considerados neste grupamento os valores efetivamente recebidos dos mutuários, durante cada exercício. Referidos valores compõem-se das parcelas relativas às amortizações do principal da dívida, bem como dos encargos financeiros incidentes sobre os saldos dos empréstimos e financiamentos concedidos. Nos demonstrativos referentes aos recebimentos no período, tanto o consolidado como os elaborados pelas agências de fomento, estão destacados os valores das amortizações e dos encargos financeiros.

d) Saldos: Os dados deste item indicam a posição, em 31 de dezembro de cada ano, do montante da carteira dos empréstimos e financiamentos concedidos. Os saldos em 2006 e 2007 foram apurados pelas agências oficiais de fomento diretamente dos seus registros contábeis, enquanto que os valores relativos aos anos de 2008 e 2009 foram por elas projetados, considerando os saldos do ano imediatamente anterior, acrescidos do fluxo líquido anual das operações de crédito (empréstimos concedidos mais encargos financeiros menos recebimentos no período).

e) Operações a Fundo Perdido: Do conjunto das agências de fomento, apenas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES programou operações a fundo perdido. As aplicações do BNDES são aquelas realizadas no âmbito da Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 1991), também conhecida como Lei Rouanet, concebida

para incentivar investimentos culturais, além dos recursos para preservação de acervos, do Fundo Social, do Fundo Tecnológico e Cultural e do Fundo de Estruturação de Projetos, constituídos com fundamento no artigo 29 do Estatuto Social do Banco. O Fundo Social do BNDES, criado em julho de 1997, é constituído por parcela do seu lucro anual e tem como finalidade o apoio financeiro não-reembolsável a projetos de caráter social, voltados prioritariamente à população de baixa renda, nos segmentos de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desporto, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, cultura e desenvolvimento rural. O valor agregado da previsão de desembolsos é informado pelas unidades operacionais envolvidas, tendo em vista a carteira de

projetos existente na época da elaboração da proposta orçamentária, que pode sofrer alterações com a entrada de novos projetos ou com a reclassificação de projetos existentes, o que pode ocasionar desvios na execução orçamentária.

f) Composição dos Recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos): A composição das fontes de recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (Recursos Próprios, Recursos do Tesouro Nacional e Recursos de Outras Fontes) consta das respectivas metodologias, elaboradas pelas Agências Financeiras Oficiais de Fomento.

DETALHAMENTO DA METODOLOGIA UTILIZADA POR AGÊNCIA DE FOMENTO

A) BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES	
ITEM	DESCRIÇÃO
1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS MENOS AMORTIZAÇÕES (FLUXO DAS APLICAÇÕES)	Este item é composto pela variação líquida de empréstimos e financiamentos concedidos menos recebimentos de principal e de encargos. As previsões para um determinado período são feitas de acordo com os valores realizados recentemente e os dados que serviram de base para a elaboração do Programa de Dispêndios Globais – PDG para 2009.
2. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS	No caso das operações automáticas e dos financiamentos à exportação, as áreas responsáveis pelas operações informam qual a projeção que fazem da demanda para essas operações. Como o ciclo de aprovação dessas operações é muito curto e elas são muito sensíveis ao quadro econômico, o nível de incerteza quanto ao detalhamento setorial/estadual das previsões é muito alto. No caso do restante das operações, há um sistema que mantém os dados das operações em carteira desde o momento em que é feita uma consulta ao Banco, pedindo apoio para um projeto. Em função desse sistema, é possível se prever parte significativa do desembolso do ano em curso. Em conjunto com a sensibilidade que cada área tem sobre a evolução dos diferentes setores da indústria e de serviços, bem como das metas estabelecidas pela diretoria, é feita uma proposta do desembolso para os anos subsequentes. A partir desse conjunto de valores e do desempenho recente do Banco, é feita a previsão de desembolso. O detalhamento setorial/estadual também é realizado a partir do desempenho recente do Banco, tendo em vista o nível de incerteza quanto à previsão de liberação setorial/estadual dos recursos. São acrescidos aos valores de desembolso em caixa os valores de incorporação de correção cambial e juros, nas mesmas proporções utilizadas para os desembolsos em caixa. A expectativa de remuneração da carteira de empréstimos foi feita com base nas remunerações atuais, com manutenção da Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP, pouca variação das taxas de câmbio e dos spreads. Essas projeções são aplicadas sobre os saldos das carteiras de empréstimos para o final de 2008 e para o ano de 2009.
3. OPERAÇÕES A FUNDO PERDIDO	As aplicações a fundo perdido do BNDES são aquelas realizadas no âmbito da Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), também conhecida como Lei Roaunet, concebida para incentivar investimentos culturais, além dos recursos para preservação de acervos, do Fundo Social, do Fundo Tecnológico e Cultural e do Fundo de Estruturação de Projetos, constituídos com fundamento no artigo 29 do Estatuto Social. O Fundo Social do BNDES, criado em julho de 1997 e constituído por parcela do seu lucro anual, tem como finalidade o apoio financeiro, não-reembolsável, a projetos de caráter social, voltados prioritariamente à população de baixa renda, nos segmentos de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desporto, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, cultura e desenvolvimento rural. O valor agregado da previsão de desembolsos é informado pelas unidades operacionais envolvidas, tendo em vista a carteira de projetos existente na época da elaboração da proposta orçamentária, que pode vir a sofrer alterações com a entrada de novos projetos ou com a reclassificação de projetos existentes, o que pode ocasionar desvios na execução orçamentária.
4. RECEBIMENTOS NO PERÍODO	No caso dos recursos já desembolsados, as informações de retorno são obtidas diretamente dos contratos. No entanto, não estão disponíveis num detalhamento preciso quanto a setor/estado, porte da empresa e fonte de recursos, já que os sistemas de controle de operações e de cobrança são distintos, com requisitos funcionais bem diferenciados quanto à segurança e aos dados que são utilizados. Por exemplo, enquanto no sistema de operações a localização é a da sede do projeto, no sistema de cobrança a localização é a da sede da empresa, para onde a cobrança é emitida. A solução empregada é utilizar a distribuição do desembolso recente como aproximação do retorno. São acrescidos aos valores de retorno em caixa os valores de provisões e reversões de provisões para risco de crédito, além de transferências para outros grupos de contas, utilizando-se as mesmas proporções utilizadas para os desembolsos de caixa. A previsão para provisões de risco de crédito mantém a tendência verificada nos últimos meses. Esse procedimento foi feito em virtude de hoje não ser aconselhável fazer uma estimativa de mudança significativa dos níveis de inadimplência. Essas projeções são aplicadas sobre os saldos das carteiras de empréstimos para o final de 2008 e para o ano de 2009.
5. SALDOS	As projeções para saldos atuais são feitas a partir dos saldos contábeis existentes, sendo adicionadas/reduzidas a esses saldos todas as variáveis utilizadas na composição do fluxo de aplicações (empréstimos novos, retornos, capitalizações e provisões para risco). As informações sobre saldos também não estão disponíveis num detalhamento preciso quanto a setor/estado, porte da empresa e fonte de recursos, já que os sistemas de controle de operações e de cobrança são distintos, com requisitos funcionais bem diferenciados quanto à segurança e aos dados que são utilizados. A solução empregada é utilizar a distribuição do desembolso recente e passada como aproximação dos valores para saldos atuais.
6.1. RECURSOS PRÓPRIOS	Os recursos próprios são aqueles oriundos do retorno de suas aplicações, bem como da aplicação e desmobilização de seu patrimônio (venda de títulos públicos, principalmente). São calculados a partir das informações contábeis e das premissas utilizadas na elaboração do Programa de Dispêndios Globais - PDG. Para cálculo dos empréstimos e financiamentos com recursos próprios, foram utilizadas as expectativas de liberação e de capitalização de juros que utilizam essa fonte de recursos.
6.2. RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	Os recursos do Tesouro Nacional que o BNDES recebe são de duas naturezas distintas: <ul style="list-style-type: none"> • recursos do Tesouro Nacional destinados a programas específicos, para serem administrados pelo Banco; e • recursos recebidos de forma indireta, mediante operações escriturais de venda de crédito junto a BNDESPAR,

A) BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES	
ITEM	Descrição
	<p>compras escriturais de títulos públicos, entre outras.</p> <p>Esse recursos são transferidos pelo Tesouro Nacional. Podem ser definidos no orçamento como linhas de crédito a serem empregadas ou podem aparecer como ativos na forma de títulos. Na proposta do quadro de empréstimos e financiamento a serem concedidos em 2009, encaminhada em julho de 2008, foram utilizados os valores adotados no PDG para o cálculo dos empréstimos e financiamentos e do fluxo das aplicações. Entre as variáveis utilizadas, foram previstas a entrada de recursos novos e a capitalização da dívida junto ao Tesouro Nacional (utilizada no cálculo dos empréstimos e financiamentos e do fluxo das aplicações). A previsão do serviço da dívida junto ao Tesouro Nacional foi utilizada no cálculo dos recebimentos e do fluxo das aplicações.</p>
6.3. RECURSOS DE OUTRAS FONTES	<p>O Banco capta recursos junto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a Fundos Constitucionais, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os quais o Tesouro é legalmente obrigado a transferir ao Banco; • a agentes financeiros internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); ao mercado financeiro internacional (através de títulos); e • outras fontes de recursos, como o FAT Especial e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). <p>A projeção desses recursos é efetuada pela área financeira do Banco, levando em conta negociações institucionais ou a avaliação dos mercados financeiros. Na proposta do quadro de empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, foram utilizados os valores adotados no PDG para o cálculo dos empréstimos e financiamentos e do fluxo das aplicações. Entre as variáveis utilizadas, tem-se a previsão de entrada de recursos novos e a previsão de capitalização da dívida junto a outros credores, utilizadas no cálculo dos empréstimos e financiamentos e do fluxo das aplicações. A previsão do serviço da dívida junto a credores diversos foi utilizada no cálculo dos recebimentos e do fluxo das aplicações.</p>

B) AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME	
ITEM	Descrição
1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS MENOS AMORTIZAÇÕES (FLUXO DAS APLICAÇÕES)	<p>Este item é composto pela variação líquida de empréstimos e financiamentos concedidos, menos recebimentos de principal e de encargos. Os itens são previstos para um determinado período, de acordo com os valores realizados recentemente e os dados que serviram de base para a elaboração da programação orçamentária do Programa de Dispêndios Globais – PDG para 2009.</p>
2. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS	<p>No caso das operações automáticas e dos financiamentos à exportação, as áreas responsáveis pelas operações informam qual a projeção que fazem da demanda para essas operações. Como o ciclo de aprovação dessas operações é muito curto e elas são muito sensíveis ao quadro econômico, o nível de incerteza quanto ao detalhamento setorial/estadual das previsões é muito alto. No caso do restante das operações, há um sistema que mantém os dados das operações em carteira desde o momento em que é feita uma consulta ao Banco, pedindo apoio para um projeto. Em função desse sistema, é possível se prever parte significativa do desembolso do ano em curso. Em conjunto com a sensibilidade que cada área tem sobre a evolução dos diferentes setores da indústria e de serviços, bem como das metas estabelecidas pela diretoria, é feita uma proposta do desembolso para os anos subsequentes. A partir desse conjunto de valores, e do desempenho recente do Banco, é feita a previsão de desembolso. O detalhamento setorial/estadual também é realizado a partir do desempenho recente do Banco, tendo em vista o nível de incerteza quanto à previsão de liberação dos recursos. São acrescidos aos valores de desembolso em caixa os valores de incorporação de correção cambial e juros, nas mesmas proporções utilizadas para os desembolsos em caixa. A expectativa de remuneração da carteira de empréstimos foi feita com base nas remunerações atuais, com manutenção da TJLP, pouca variação das taxas de câmbio e dos spreads. Essas projeções são aplicadas sobre os saldos das carteiras de empréstimos para o final de 2008 e para o ano de 2009.</p>
3. OPERAÇÕES A FUNDO PERDIDO	<p>A Finame não realiza aplicações a fundo perdido.</p>
4. RECEBIMENTOS NO PERÍODO	<p>No caso dos recursos já desembolsados, as informações de retorno são obtidas diretamente dos contratos. No entanto, não estão disponíveis num detalhamento preciso quanto a setor/estado, porte da empresa e fonte de recursos, já que os sistemas de controle de operações e de cobrança são distintos, com requisitos funcionais bem diferenciados quanto à segurança e aos dados que são utilizados. Por exemplo, enquanto no sistema de operações a localização é a da sede do projeto, no sistema de cobrança, a localização é a da sede da empresa, para onde a cobrança é emitida. A solução empregada é utilizar a distribuição do desembolso recente e passada como aproximação do retorno. São acrescidos aos valores de retorno em caixa os valores de provisões e reversões de provisões para risco de crédito, além de transferências para outros grupos de contas, utilizando-se as mesmas proporções utilizadas para os desembolsos de caixa. A previsão para provisões de risco de crédito mantém a tendência verificada nos últimos meses. Esse</p>

B) AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME	
ITEM	Descrição
	procedimento foi feito em virtude de hoje não ser aconselhável fazer uma estimativa de mudança significativa dos níveis de inadimplência. Essas projeções são aplicadas sobre os saldos das carteiras de empréstimos para o final de 2008 e para o ano de 2009.
5. SALDOS	As projeções para saldos são feitas a partir dos saldos contábeis existentes, sendo adicionadas/reduzidas a esses saldos todas as variáveis utilizadas na composição do fluxo de aplicações (empréstimos novos, retornos, capitalizações e provisões para risco). As informações sobre saldos também não estão disponíveis num detalhamento preciso quanto a setor/estado, porte da empresa e fonte de recursos, já que os sistemas de controle de operações e de cobrança são distintos, com requisitos funcionais bem diferenciados quanto à segurança e aos dados que são manejados. A solução empregada é utilizar a distribuição do desembolso recente e passada como aproximação dos valores para saldos atuais.
6.1. RECURSOS PRÓPRIOS	Os recursos próprios da Finame são aqueles oriundos do retorno de suas aplicações, bem como da aplicação e desmobilização de seu patrimônio (venda de títulos públicos, principalmente). São calculados a partir das informações contábeis e das premissas utilizadas na elaboração do Programa de Dispêndios Globais - PDG. Para o cálculo dos empréstimos e financiamentos com recursos próprios, foram utilizadas as expectativas de liberação, capitalização de juros, provisões e retorno que utilizam essa fonte de recursos.
6.2. RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	Os recursos do Tesouro Nacional que a Finame recebe são, normalmente, relativos à equalização de taxas de programas de governos específicos. Na proposta do quadro de empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos para 2009, encaminhada em julho de 2008, foram utilizados os valores adotados no Programa de Dispêndios Globais - PDG para o cálculo dos empréstimos e financiamentos e do fluxo das aplicações. Entre as variáveis utilizadas, foram previstas a entrada de recursos novos e a capitalização da dívida junto ao Tesouro Nacional (utilizadas no cálculo dos empréstimos e financiamentos e do fluxo das aplicações). A previsão do serviço da dívida junto ao Tesouro Nacional foi utilizada no cálculo dos recebimentos e do fluxo das aplicações.
6.3. RECURSOS DE OUTRAS FONTES	A Finame capta recursos, basicamente, junto ao BNDES. A projeção desses recursos leva em conta as necessidades de recursos estabelecidas para a Finame. Na proposta do quadro de empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, encaminhada em julho de 2008, foram utilizados os valores adotados no PDG para o cálculo dos empréstimos e financiamentos e do fluxo das aplicações. Entre as variáveis utilizadas, tem-se a previsão de entrada de recursos novos e a previsão de capitalização da dívida junto ao BNDES (utilizadas no cálculo dos empréstimos e financiamentos e do fluxo das aplicações). A previsão do serviço da dívida junto ao BNDES foi utilizada no cálculo dos recebimentos e do fluxo das aplicações.

C) BANCO DO BRASIL S.A. - BB	
ITEM	Descrição
1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS MENOS AMORTIZAÇÕES (FLUXO DAS APLICAÇÕES)	É apurado pela diferença entre os saldos previstos para o mês de dezembro do ano de referência e os de dezembro do ano anterior. Os valores assim obtidos, expressam o resultado líquido entre os desembolsos e os retornos das operações de crédito. Para se obter o valor do fluxo no ano de 2009, projetam-se os saldos para o último dia de 2008 e de 2009. A diferença resultante corresponde à variação de saldo em 2009. O saldo estimado é apurado conforme a seguir: Saldo de dezembro/2009 = saldo de dezembro/2008 + empréstimos concedidos/2009 – recebimentos/2009.
2. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS	Corresponde ao somatório dos recursos oriundos de operações de crédito efetivamente creditados nas contas dos tomadores de empréstimos. Como exemplo, podemos citar as operações de curto prazo e de capital de giro (cheque especial e empréstimos ao consumidor/fornecedor). Nesses casos, somam-se todos os saques realizados pelo cliente e, ao final do mês, apura-se o total desembolsado. Dependendo do número de liberações e retornos, no prazo de um mês (acompanhamento mensal), o valor efetivamente aplicado pode superar o contratado inicialmente.
3. OPERAÇÕES A FUNDO PERDIDO	Não houve aplicação de recursos a Fundo Perdido, no ano de 2009.
4. RECEBIMENTOS NO PERÍODO	Foram calculados a partir da expectativa de empréstimos efetivamente concedidos menos a variação de saldo projetada. Os valores referentes aos encargos correspondem à renda de operações de crédito, programada para 2009.
5. SALDOS	Corresponde ao saldo da carteira de operações de crédito projetada para 31 de dezembro de 2009.
6.1. RECURSOS PRÓPRIOS	Compõem-se das captações no mercado interno e externo através de depósitos à vista, à prazo, poupança e no mercado interbancário.

C) BANCO DO BRASIL S.A. - BB	
ITEM	Descrição
6.2. RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	Recursos oriundos especificamente do Tesouro Nacional e/ou entidades oficiais, ingressados no Banco do Brasil com destinação específica de interesse governamental: Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Banco da Terra.
6.3. RECURSOS DE OUTRAS FONTES	Recursos oriundos de outras Agências Financeiras Oficiais de Fomento e de Programas de Atividades Específicas, tais como os recursos do BNDES.

D) BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA	
ITEM	Descrição
1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS MENOS AMORTIZAÇÕES (FLUXO DAS APLICAÇÕES)	Neste item foi procedida a seguinte operação: novos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos menos os recebimentos.
2. NOVOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS	As metas de aplicação de recursos para 2009 foram definidas em consonância com as ações e metas para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia.
2.1. DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR ESTADO	(VER QUADRO ABAIXO)
2.2. DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR SETOR DA ECONOMIA	(VER QUADRO ABAIXO)
2.3. DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PARTE DO TOMADOR	(VER QUADRO ABAIXO)
3. OPERAÇÕES A FUNDO PERDIDO	O Basa não trabalha com esta modalidade de operação.
4. RECEBIMENTOS NO PÉRIODO	A previsão de recebimentos foi calculada multiplicando-se o percentual estimado de pagamentos sobre o saldo das operações. Os saldos utilizados como base foram os da reprogramação de 2008.
5. SALDOS ATUAIS	Saldo previsto para o exercício 2008 somado ao fluxo projetado para o ano de 2009.
6.1. RECURSOS PRÓPRIOS	Recursos destinados a aplicações, provenientes de Poupança, Recursos Obrigatórios, Depósitos a Prazo e demais recursos próprios.
6.2. RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	Recursos repassados pelo Tesouro Nacional, relativos ao Fundo Constitucional do Norte (FNO), Orçamento Geral da União (OGU) e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA).
6.3. RECURSOS DE OUTRAS FONTES	Recursos oriundos do BNDES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – Basa

Em percentual

ESTADO/RECURSOS	FNO	BNDES	FAT	OGU	FDA	RECURSOS PRÓPRIOS
ACRE	10,0	4,0	4,0	4,0	-	3,1
AMAZONAS	15,0	4,0	6,0	4,0	20,0	18,4
AMAPÁ	10,0	6,0	4,0	6,0	-	0,4
PARÁ	25,0	10,0	10,0	10,0	20,0	32,6
RONDÔNIA	15,0	6,0	6,0	6,0	30,0	6,3
RORAIMA	10,0	4,0	4,0	4,0	-	0,8
TOCANTINS	15,0	6,0	6,0	6,0	-	5,3
MATO GROSSO	-	30,0	30,0	30,0	20,0	11,3
MARANHÃO	-	30,0	30,0	30,0	10,0	6,4
DISTRITO FEDERAL	-	-	-	-	-	1,1
SÃO PAULO	-	-	-	-	-	13,7
RIO GRANDE DO SUL	-	-	-	-	-	0,6

Fonte: BASA

- a distribuição dos recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO), por estado, obedece à distribuição do Plano de Aplicações do FNO para 2009. Tais recursos destinam-se ao financiamento de atividades econômicas, contempladas nos programas FNO-Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), FNO-Microcrédito e FNO-Amazônia Sustentável;
- a distribuição dos recursos do BNDES obedece ao limite de crédito definido nos Planos Estaduais de Aplicação de Recursos e ao histórico de aplicações que se verifica nas Unidades da Federação. Os recursos do BNDES destinam-se às empresas e produtores rurais de mini/micro, pequeno, médio e grande portes, que atuam nos segmentos de agropecuária, agroindústria, indústria, turismo, comércio e serviços, infraestrutura e exportação;
- a distribuição dos recursos do FAT foi realizada com base nas demandas previstas e potencialidades das regiões. Esses recursos atendem através dos Programas de Geração de Emprego e Renda - Proger Urbano, Proger Rural e Pronaf, exclusivamente, a micro e pequenos empreendedores urbanos, profissionais liberais e mini e pequenos produtores rurais, com ênfase na agricultura de base familiar;
- os recursos do OGU, através do Pronaf, atendem a agricultores familiares da Região Amazônica, suas cooperativas e associações e a pessoas jurídicas formadas exclusivamente de agricultores familiares; e
- os recursos do FDA são destinados ao financiamento de projetos de infraestrutura de energia, telecomunicações, portos e rodovias.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR SETOR DA ECONOMIA – BASA

SETOR/RECURSOS	Em percentual						RECURSOS PRÓPRIOS
	FNO	BNDES	FAT	OGU	FDA		
RURAL	50,4	30,5	15,0	100,0	-		4,4
INDUSTRIAL	26,7	50,8	47,2	-	100,0		14,7
COMÉRCIO	20,0	11,8	17,1	-	-		38,7
INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	-	-	-	-	-		-
OUTROS SERVIÇOS	2,9	6,9	20,7	-	-		21,5
HABITAÇÃO	-	-	-	-	-		-
OUTROS	-	-	-	-	-		21,0

Fonte: BASA

- a distribuição dos recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO), por setor, obedece à distribuição do Plano de Aplicações do FNO para 2009, considerando a meta de evolução da demanda;
- na distribuição dos recursos do BNDES foi considerado o limite de crédito definido pelo Banco Central do Brasil e o histórico de aplicações desses recursos nos setores da economia;
- na distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foi considerado o histórico de aplicações desses recursos, com base nas demandas previstas e potencialidade das regiões;
- os recursos do Orçamento Geral da União (OGU) foram aplicados no setor rural, em consonância com a Lei nº 10.186, de 12.01.2001, em atos do CMN, MF e de outros órgãos competentes;
- os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) foram aplicados 100,0% no setor industrial, uma vez que a demanda dos projetos apresentados ao Banco da Amazônia restringem-se a esse setor, não havendo, portanto, demanda de outros setores da economia; e
- na distribuição dos recursos próprios foi considerado o histórico de aplicações que se verifica nos diversos setores da economia.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PORTE DO TOMADOR- BASA

PORTE/RECURSOS	Em percentual					
	FNO	BNDES	FAT	OGU	FDA	RECURSOS PRÓPRIOS
MICRO/PESSOA FÍSICA	3,2	0,0	0,0	0,0	-	3,6
PEQUENO	7,7	0,0	0,0	-	-	0,0
MÉDIO	7,5	3,0	-	-	0,0	0,4
GRANDE	1,5	7,0	-	-	0,0	1,0

Fonte: BASA

E) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

ITEM	DESCRÍÇÃO
1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS MENOS AMORTIZAÇÕES (FLUXO DAS APLICAÇÕES)	Foram considerados os valores projetados para contratação pelos gestores de produtos de crédito para 2009. A partir dessa definição de valores, as variações de saldos foram projetadas com base nas contratações previstas, taxas praticadas e prazos médios de retorno de cada carteira. Dessa forma, foram segregados quanto aos setores da economia, às Unidades Federativas, às fontes de recursos e ao porte do tomador.
2. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS	Os gestores de produtos de crédito projetaram os valores de contratação para 2009, considerando-se o cenário macroeconômico e as projeções de taxas e índices para o exercício. Feita a projeção de produto por produto, consolidaram-se os valores por tipo de crédito e procedeu-se à distribuição em setores de atividade, origem de recursos e porte do tomador, divididos para cada Unidade Federativa, respectivamente.
3. OPERAÇÕES A FUNDO PERDIDO	A Caixa não disponibilizou recursos a Fundo Perdido para o ano de 2009.
4. RECEBIMENTOS NO PERÍODO	Valores líquidos informados pelos gestores (discriminados em amortizações e encargos), apurados através da seguinte fórmula: saldo atual menos saldo anterior (fluxo das aplicações) menos os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos.
5. SALDOS	Valor acumulado no ano, considerando-se a projeção de contratação dos gestores de produtos de crédito para o próximo ano.
6.1. RECURSOS PRÓPRIOS	Foram considerados os recursos advindos de produtos de captação junto ao mercado, tais como depósito à vista e poupança, que são direcionados para operações de crédito, respeitados os limites e determinações do Banco Central do Brasil e de outros órgãos reguladores.
6.2. RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	Recursos em que a Caixa é o agente financeiro de operações de repasse do Orçamento Geral da União (OGU).
6.3. RECURSOS DE OUTRAS FONTES	<p>Provenientes de fontes que não as anteriores, principalmente de fundos e programas, tais como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), dentre outros.</p> <p>Os principais programas relativos à classificação “Recursos de Outras Fontes” para 2009:</p> <ul style="list-style-type: none"> • pró-moradia – programa do governo federal, que visa apoiar o poder público no desenvolvimento de ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, que resultem na melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, através de alternativas habitacionais; • programa de arrendamento residencial (PAR) – programa do governo federal para atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra; e • crédito solidário FDS – Fundo de Desenvolvimento Social - criado para financiar projetos de iniciativa de pessoas físicas e de empresas/entidades do setor privado, vedada a concessão de financiamentos a projetos de órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios ou entidades sob seu controle direto ou indireto.

F) BESC FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - BESCREDI

ITEM	DESCRÍÇÃO
1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS MENOS AMORTIZAÇÕES (FLUXO DAS APLICAÇÕES)	<p>As operações de crédito foram orçadas com base nas premissas definidas para a elaboração do orçamento para 2009, aprovadas em reunião de Diretoria. As premissas para a projeção de resultado econômico-financeiro do exercício de 2009, referem-se aos produtos de captação, aplicação, receitas e despesas. Com relação às operações de crédito da Bescredi, ficou definido:</p> <ul style="list-style-type: none"> • crescimento do saldo: manter o nível de crescimento de acordo com a evolução histórica; e • qualidade da carteira: manter, até dezembro de 2009, o perfil das operações de crédito com níveis de risco AA até C (junho de 2008: 94,8%).
2. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS	<p>Tomou-se por base os empréstimos efetivamente concedidos até junho de 2008, para distribuição por porte, em micro, pequeno, médio e grande tomador, e por regiões. Os empréstimos efetivamente concedidos, estimados para 2009, totalizam R\$ 42 milhões.</p>
3. OPERAÇÕES A FUNDO PERDIDO	<p>Não se aplicam à Bescredi.</p>
4. RECEBIMENTOS NO PERÍODO	<p>Na definição do total dos recebimentos, foram considerados os valores dos empréstimos efetivamente concedidos, deduzido o fluxo das aplicações. Os empréstimos efetivamente concedidos, estimados para 2009, totalizaram R\$ 42 milhões. O Fluxo de Aplicações foi de R\$ 26,4 milhões e, os Recebimentos totalizaram R\$ 15,5 milhões.</p>
5. SALDOS	<p>Foram considerados os saldos dos empréstimos projetados até dezembro de 2008. A esses saldos, foram somados os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos e, deduzidas as amortizações.</p>
6.1. RECURSOS DE OUTRAS FONTES	<p>Recursos de captação de depósitos interfinanceiros.</p>

G) BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

ITEM	DESCRÍÇÃO
1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS MENOS AMORTIZAÇÕES (FLUXO DAS APLICAÇÕES)	<p>As previsões de aplicações de recursos se basearam na análise dos cenários, no histórico e na experiência. Foram levadas em consideração, a previsão dos ingressos de recursos e a dedução das amortizações programadas para cada linha de aplicação.</p>
2. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS	<p>As estimativas de execução baseiam-se nas metas do Planejamento Estratégico para 2009 e na experiência de anos anteriores, verificando-se a proporcionalidade histórica entre recursos efetivamente desembolsados e os valores contratados. Aos desembolsos previstos, foram acrescentados os encargos com base nas previsões de taxas e indexadores utilizados para as projeções orçamentárias para 2009.</p>
3. OPERAÇÕES A FUNDO PERDIDO	<p>O BNB não tem operações a Fundo Perdido.</p>
4. RECEBIMENTOS NO PERÍODO	<p>Os recebimentos foram estimados com base nas operações já contratadas, levando em consideração o cronograma de reembolso dos empréstimos de longo prazo e seus prazos de carências. Para as operações de curto prazo, estimaram-se os recebimentos em valores proporcionais aos observados em períodos anteriores.</p>
5. SALDOS	<p>Os saldos atuais foram estimados com base nos saldos do exercício anterior (realizado ou projetado), acrescidos dos valores referentes à previsão do fluxo das aplicações do ano em análise.</p>
6.1. RECURSOS PRÓPRIOS	<ul style="list-style-type: none"> • Foram considerados, para o fluxo das aplicações: os depósitos à vista e os depósitos à prazo. • Foram consideradas as contratações com recursos próprios do Banco para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos.

G) BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB	
ITEM	DESCRIÇÃO
6.2. RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> Fluxo das aplicações: foram considerados os ingressos de recursos relativos ao Fundo Constitucional do Nordeste - FNE. Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos: foram considerados os desembolsos e encargos previstos com recursos do FNE.
6.3. RECURSOS DE OUTRAS FONTES	<ul style="list-style-type: none"> Fluxo das aplicações: foram considerados os ingressos de recursos de outras fontes. Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos: foram considerados os desembolsos e encargos previstos com recursos de outras fontes.

H) BB BANCO POPULAR DO BRASIL S.A. - BPB	
ITEM	DESCRIÇÃO
1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS MENOS AMORTIZAÇÕES (FLUXO DAS APLICAÇÕES)	<p>Apurado pela diferença entre os saldos do mês de dezembro do ano de referência e os de dezembro do ano anterior. Expressa o resultado líquido entre os desembolsos e os retornos das operações de crédito. Para chegar ao valor do fluxo no ano de 2009, projetou-se o saldo do último dia de 2008 e do último dia de 2009. A diferença entre esses valores corresponde, portanto, à variação de saldo em 2009.</p> <ul style="list-style-type: none"> Saldo dezembro/2009 = liberações - amortizações + saldo de dezembro/2008.
2. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS	Somatório dos recursos oriundos de operações de crédito, que são efetivamente creditados nas contas dos tomadores de empréstimos. Somam-se todas as operações de crédito realizadas, incluindo as operações liquidadas e, ao final do mês, apura-se o total desembolsado.
3. OPERAÇÕES A FUNDO PERDIDO	Não foi prevista aplicação, a Fundo Perdido, no ano de 2009.
4. RECEBIMENTOS NO PERÍODO	São apurados pela diferença entre as parcelas das operações de crédito com retorno previsto para o mês e a soma das parcelas não pagas no mesmo período. Das parcelas efetivamente recebidas, foram segregados os valores relativos ao principal e aos encargos.
5. SALDOS	Somatório das parcelas vincendas e vencidas de operações de crédito concedidas e não liquidadas.
6. RECURSOS DE OUTRAS FONTES	Por meio de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças (DIM).

I) FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP	
ITEM	DESCRIÇÃO
1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS MENOS AMORTIZAÇÕES (FLUXO DAS APLICAÇÕES)	Como os empréstimos concedidos pela Finep são de longo prazo e têm um período de carência da ordem de 18 a 24 meses, as liberações de novos financiamentos ao longo de 2008 e 2009 não gerarão amortizações no exercício de 2009. Dessa forma, a projeção de recebimento de amortização levou em conta os dados constantes do sistema de cobrança sobre os créditos já liberados e projeções adicionais feitas para a carteira de operações já contratadas, considerando-se que a liberação das parcelas de financiamento restantes ocorra de acordo com os cronogramas previstos nos contratos.
2. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS	Foram considerados os cronogramas de desembolso das operações já contratadas e em processo de contratação e, também, uma projeção baseada na carteira de novas operações que estão em fase de análise da solicitação de financiamento e que gerarão novas liberações em 2009. Considerou-se, ainda, a atualização monetária dos saldos de empréstimos concedidos, elevando o saldo final aplicado.
3. OPERAÇÕES A FUNDO PERDIDO	Não se aplicam à Finep.
4. RECEBIMENTOS NO PERÍODO	Os recebimentos referem-se às amortizações de principal da carteira contratada, previstas para o período. As novas operações não geram recebimentos nesse período, pois estarão em carência.

I) FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP	
ITEM	DESCRIÇÃO
5. SALDOS	Os saldos são estimados a partir dos saldos atuais, acrescidos das liberações efetivas e dos encargos financeiros e deduzidas as amortizações do principal previstas para o período. No tocante aos saldos finais previstos, as distribuições por unidade da federação, porte de empresa e setor da economia seguem critérios de proporcionalidade com as liberações previstas da carteira global de operações e os recebimentos no período.
6.1. RECURSOS PRÓPRIOS	Foram consideradas as liberações efetivas de R\$ 286,4 milhões com recursos próprios, bem como os encargos sobre os saldos dos financiamentos anteriores, no montante de R\$ 11,5 milhões. A disponibilidade desses recursos foi estimada, após reservar uma parte do disponível bruto previsto para a Finep, como lastro de segurança, aplicado com liquidez imediata em fundo lastreado em títulos públicos federais, para o caso de ocorrência de eventuais inadimplências, pois o risco nas operações de crédito é da Finep, além de um lastro para eventuais flutuações na previsão do fluxo de caixa, em especial nos prazos previstos para a captação de novos recursos de terceiros.
6.2. RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	A Finep não utiliza diretamente recursos do Tesouro Nacional sob a forma de repasse nas operações de financiamento. Há recursos captados por empréstimo, mas que estão classificados em demais obrigações.
6.3. RECURSOS DE OUTRAS FONTES	Para a continuidade e ampliação da carteira de operações, foi prevista a utilização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Foi mantido o valor de R\$ 120,0 milhões para a Finep, na proposta orçamentária do FND para o exercício de 2009. Esse valor já se tornou padrão nas leis orçamentárias mais recentes. Adicionalmente, estima-se a contratação de uma nova operação junto ao FAT, no valor de R\$ 150,0 milhões. Devido às restrições de disponibilidade dos recursos do FAT, houve uma significativa redução das expectativas para 2009. Aliando esta limitação do FAT ao fato de que suas condições de prazos não são as mais adequadas para o financiamento de projetos de inovação tecnológica, ampliamos significativamente a previsão de captação de empréstimos de recursos sob a supervisão do FNDCT, no montante de R\$ 720,9 milhões. Desse valor, R\$ 50,0 milhões serão aplicados em inversões financeiras, em fundos de investimento em empresas emergentes de base tecnológica. O restante, R\$ 670,9 milhões, será aplicado em operações de crédito.